



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 2755 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>17 / 06 / 2009</u>
Q Secretária da Mesa <u>Recorreis</u>

Assunto: **Instalação em Portugal de fábrica da multinacional AGNI para produção de pilhas de combustível (III)**

Destinatário: **Ministro da Economia e Inovação**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

As interrogações do Grupo Parlamentar do PCP sobre o Projecto em epígrafe são longínquas e iniciam-se com o Requerimento n.º 1365/X/1.ª, de 27 de Janeiro de 2006, a que se seguiu o Requerimento n.º 2103/X/1.º, de 23 de Maio de 2007.

As respostas dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação mostraram dificuldades em assumir o que parecia uma evidência: a falta de sustentabilidade e certificação técnica e económica do projecto da AGNI.

Percebia-se a dificuldade em assumir o «logro», depois da operação de propaganda do seu lançamento mediático, em 19 de Janeiro de 2006, em cerimónia no ex-INETI, presidida pelo primeiro-ministro, ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e ministro da Economia e Inovação, e das esperanças criadas em Montemor-o-Velho e até na Universidade de Coimbra.

Mas deveria o interesse público e o bom nome do Estado Português levar o Governo à exigência do rápido apuramento da situação, de uma resposta séria e profunda às questões, dúvidas e interrogações levantadas pelo Grupo Parlamentar do PCP nos requerimentos referidos. Infelizmente, neste como em outros projectos de investimento industrial, o Governo não quis reconhecer o erro. E o problema é que o erro e os equívocos se prolongaram



demasiado tempo. A que custos?

Ainda em 2007 o Governo anuncia, em Resolução do Conselho de Ministros (RCM n.º 166/2007, de 15 de Outubro), o projecto de investimento para instalação de uma Plataforma de Produção de Tecnologia (PPT) em Montemor-o-Velho, «para a produção de pilhas de combustível e sistemas de processamento de hidrocarbonetos e de produção de energia».

Em recente debate com o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, na Assembleia da República, a 3 de Abril, questionado mais uma vez pelo PCP, foi apenas referido o atraso na concretização do projecto!

Somos agora, os Grupos Parlamentares, confrontados com carta do principal responsável técnico do projecto, a informar que o abandonava, dado que «a nossa casa mãe (Agni – Singapura) deixou, sem qualquer justificação, de me ajudar nesta tarefa e de dotar o projecto dos necessários recursos técnicos e financeiros».

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Economia e Inovação** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação faz o Governo do projecto da Agni em Montemor-o-Velho? Quais as expectativas do Governo sobre a sua conclusão em todas as vertentes que tinham sido anunciadas em 2006?
2. Quais os custos para o Governo do referido projecto até hoje? Que apoios financeiros e benefícios fiscais estão/estavam previstos? Que medidas para o Estado e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho se ressarcir de eventuais prejuízos?
3. Que vai acontecer aos contratos/compromissos que vários projectos da EGF (produção de energia a partir do biogás de aterro) tinham com a Agni? Que significado tem para a conclusão desses projectos? Quantos e quais são?
4. Vai ou não o Governo fornecer-me agora o Relatório da Valorsul / EGF da viagem/estudo/análise da tecnologia Agni na Malásia, que levou à sua vinda para Portugal? E o Relatório de Laboratório Português acreditado, com resultados dos testes realizados sobre a Pilha Agni?
5. Qual a situação do Centro de Excelência em I & D de colaboração com as universidades portuguesas que a Agni se tinha proposto criar?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

6. Solicitava igualmente cópia do «memorando de entendimento» assinado entre o Estado Português e a Agni Inc., e do «acordo de cooperação» com a EGF.

Palácio de S. Bento, 17 de Junho de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes